

# URBANIZAÇÃO E POBREZA NA REGIÃO NORTE MINEIRA: CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Anete Marília PEREIRA <sup>1</sup>  
Beatriz Ribeiro SOARES <sup>2</sup>

## Considerações Iniciais

O Norte de Minas é considerado a parte nordestina das Minas Gerais, pela semelhança socioeconômica que apresenta em relação ao nordeste brasileiro. Trata-se de uma região historicamente confinada a uma lenta decadência, com poucos núcleos de desenvolvimento, espaços estes resultantes da ação do Estado cuja intervenção, calcada na visão cepalina de desenvolvimento de base industrial, teve por objetivo promover a superação da pobreza e do atraso econômico. Ao priorizar o setor industrial numa região de base agropecuária, essa estratégia desenvolvimentista viabilizada pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE -, contribuiu para a formação de novas espacialidades regionais sem, contudo, alterar o grave quadro de exclusão social aí predominante e o baixo padrão de vida de sua população, notadamente a residente em áreas rurais.

Uma das alterações pelas quais a região vem passando se relaciona com o processo de urbanização, sendo difícil separar a dinâmica urbana da regional. Por isso, o objetivo desse estudo consiste em propor algumas reflexões sobre esse processo, tendo por base alguns indicadores demográficos, econômicos e sociais, a fim de analisar as mudanças recentes pelas quais a região vem passando e, paradoxalmente, a manutenção de características tradicionais, como a pobreza.

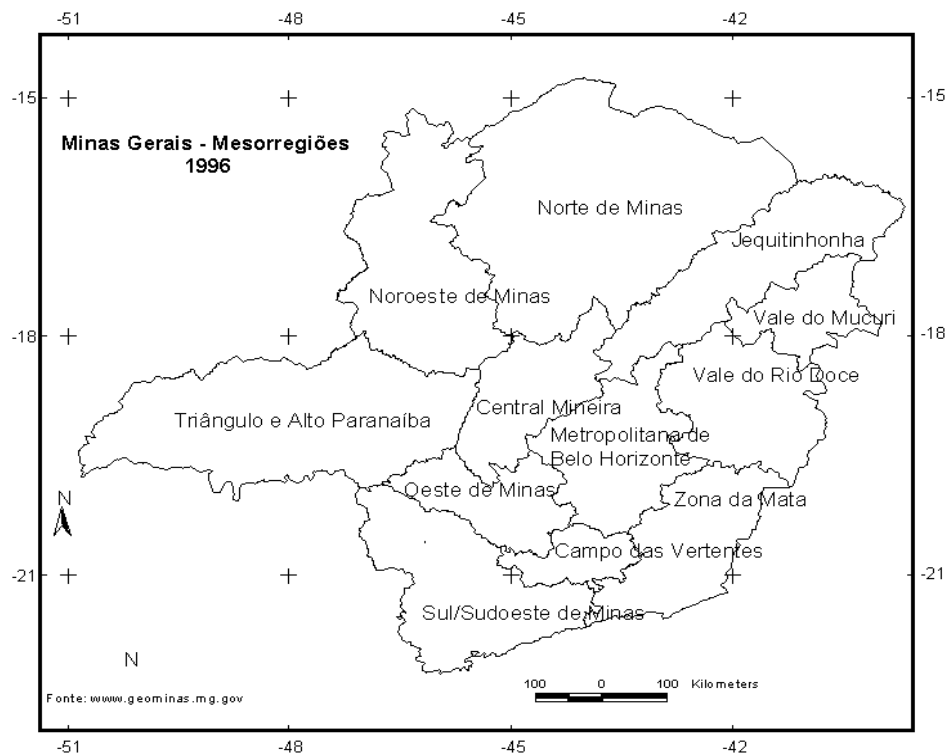
## Norte de Minas: Breve resgate histórico-geográfico

Possuindo uma área de 588.384 km<sup>2</sup> Minas Gerais é um estado que apresenta grande desigualdade regional configurada pela variedade de feições fisiográficas, bem como pela diversidade cultural existente entre os seus 853 municípios. Em virtude dessa diversidade, várias são as formas de regionalização do território mineiro. Para fins desse estudo será utilizada a divisão do estado em mesorregiões, conforme mapa abaixo. Apesar da opção por esse recorte regional institucionalizado, prevalece aqui o entendimento de região enquanto produto de processos econômicos, políticos e sociais, constituindo importante meio para explicar diferentes padrões de organização espacial.

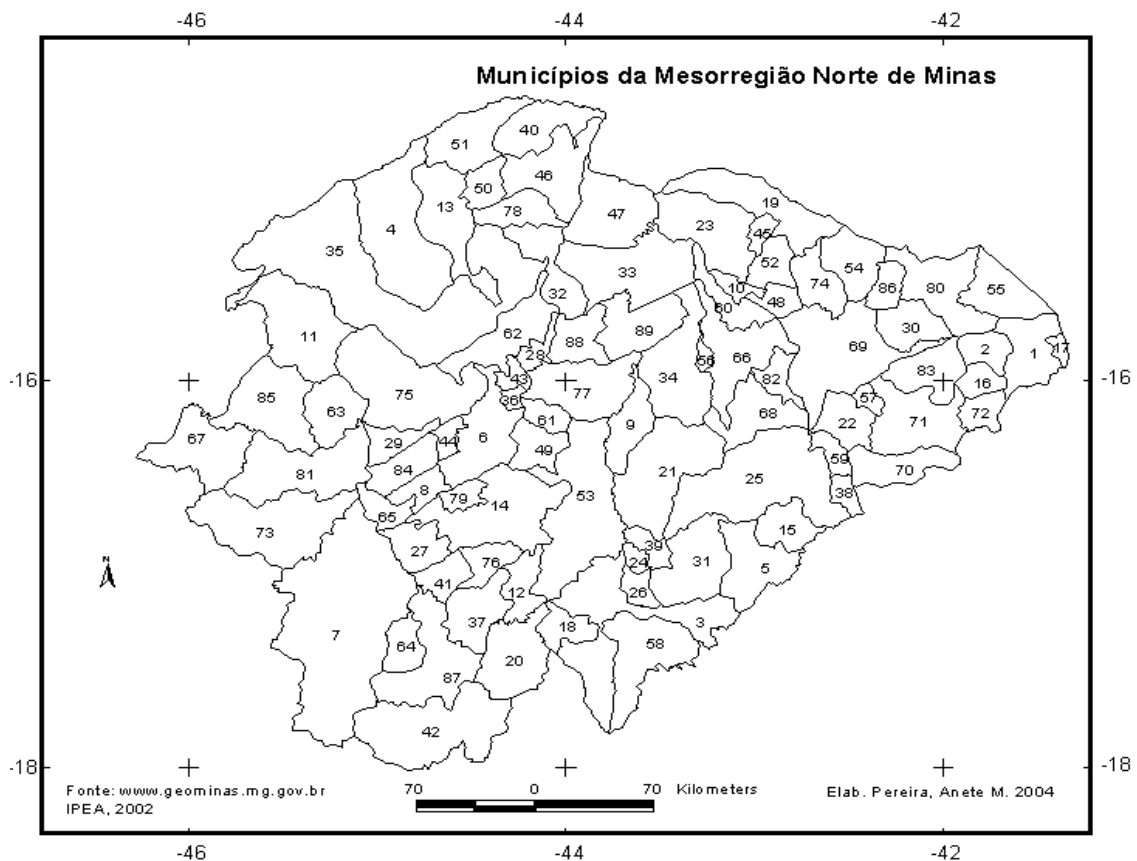
---

<sup>1</sup> Doutoranda em Geografia – UFU – e Professora do Departamento de Geociências da Unimontes  
anete.pereira@unimontes.br

<sup>2</sup> Prof<sup>a</sup>. Dra. do Instituto de Geografia – UFU brsoares@ufu.br



O Norte de Minas é uma região composta por oitenta e nove municípios, que ocupam uma área territorial de 128.602 km<sup>2</sup>. De acordo com o censo 2000 (IBGE), vivem no Norte de Minas aproximadamente 1.473.367 habitantes. Essa população não se distribui de forma regular pelo território, sendo que a maior concentração ocorre no município de Montes Claros, que concentra 20,83% da população regional.



01	Águas Vermelhas	31	Itacambira	61	Patis
02	Berizal	32	Itacarambi	62	Pedrasde Maria da Cruz
03	Bocaiúva	33	Jaíba	63	Pintópolis
04	Bonito de Minas	34	Janaúba	64	Pirapora
05	Botumirim	35	Januária	65	Ponto Chique
06	Brasília de Minas	36	Japonvar	66	Porteirinha
07	Buritzeiro	37	Jequitaí	67	Riachinho
08	Campo Azul	38	Josenópolis	68	Riacho dos Machados
09	Capitão Enéas	39	Juramento	69	Rio Pardo de Minas
10	Catuti	40	Juvenília	70	Rubelita
11	Chapada Gaúcha	41	Lagoa Patos	71	Salinas
12	Claro Poções	42	Lassance	72	Santa Cruz de Salinas
13	Cônego Marinho	43	Lontra	73	Santa Fé Minas
14	Coração de Jesus	44	Luislândia	74	Santo Antônio do Retiro
15	Cristália	45	Mamonas	75	São Francisco
16	Curral Dentro	46	Manga	76	São João da Lagoa
17	Divisa Alegre	47	Matias Cardoso	77	São João da Ponte
18	E. Navarro	48	Mato Verde	78	São João das Missões
19	Espinosa	49	Mirabela	79	São João do Pacuí
20	Francisco Dumont	50	Miravânia	80	São João do Paraíso
21	Francisco Sá	51	Montalvânia	81	São Romão
22	Fruta de Leite	52	Monte Azul	82	Serranópolis
23	Gemeleiras	53	Montes Claros	83	Taiobeiras
24	Glaucilândia	54	Montezuma	84	Ubaí
25	Grão Mogol	55	Ninheira	85	Urucuia
26	Guaraciama	56	Nova Porteirinha	86	Vargem Grande do Rio Pardo
27	Ibiaí	57	Novorizonte	87	Várzea da Palma
28	Ibiracatu	58	Olhos-d'Água	88	Varzelândia
29	Icaraí Minas	59	Padre Carvalho	89	Verdelândia
30	Indaiabira	60	Pai Pedro		

Do ponto de vista socioeconômico, o Norte de Minas é caracterizado por uma situação de desigualdade social e concentração de renda, agravada pelo fenômeno das secas, como

ocorre no sertão nordestino. Também o processo de ocupação dessa região se vincula à realidade nordestina, tendo se iniciado a partir do movimento de expansão da pecuária, do Nordeste em direção ao Sul, ao longo do eixo do Rio São Francisco. Em função dessa origem a região teve um povoamento esparso, sendo comum aos historiadores o uso do termo sertão quando se referem a essa região.

Em meados dos anos de 1960 a região passou a ser foco de políticas desenvolvimentistas da União, que viu na industrialização possibilidades de reduzir as desigualdades regionais. Assim, tem início processos de mudanças econômicas no interior da região, em ritmo e abrangência diferenciados. Esta diferenciação refletiu-se rapidamente na divisão regional do trabalho. Apesar desses avanços, a região norte mineira ainda é identificada como sertão, tanto pela densidade demográfica que permanece baixa em quase todos os municípios, como pela agropecuária que continua sendo a atividade praticada pela maioria da população.

### **Transformações do espaço urbano-regional**

Nos últimos trinta anos houve um significativo incremento da taxa de crescimento da população urbana que evoluiu de 27,6% (1970) para 53,97% em (1991) e atingiu 65,37% em 2000 (IBGE, 2000). Esses dados deixam evidente o rápido processo de urbanização da região, cujo índice permanece bem abaixo da média brasileira que é de 81,23%. Entretanto, que urbanização é essa? Como ela ocorre? Que espaços podem ser definidos como urbanos no norte de Minas?

Uma breve revisão na literatura específica permite constatar que contradições e ambigüidades permeiam a maioria dos estudos que buscam analisar os espaços urbanos e rurais. Tradicionalmente esses espaços são definidos a partir das características que os diferenciam, ou seja, é considerado rural o que não é urbano. Em seus estudos, Silva (1998) chama a atenção para as transformações recentes ocorridas no Brasil e que alteraram o rural, o urbano e as relações entre eles. Segundo esse autor, há hoje uma nova realidade, porque o rural teria se urbanizado, em decorrência tanto da adoção de tecnologias na produção agropecuária, quanto do transbordamento do urbano.

Já a área urbana é definida no Brasil de acordo com o critério político-administrativo, sendo considerada cidade toda sede de município.

Há muita discussão em torno dessa questão. Veiga (2002), por exemplo, critica o uso desse critério dizendo que ele induz a uma superestimação da urbanização brasileira, pois sedes de municípios muito pequenos são consideradas cidades. Segundo esse autor, ao utilizar apenas esse critério corre-se o risco de considerar como cidades, aglomerados cuja funcionalidade econômica está diretamente associada à terra.

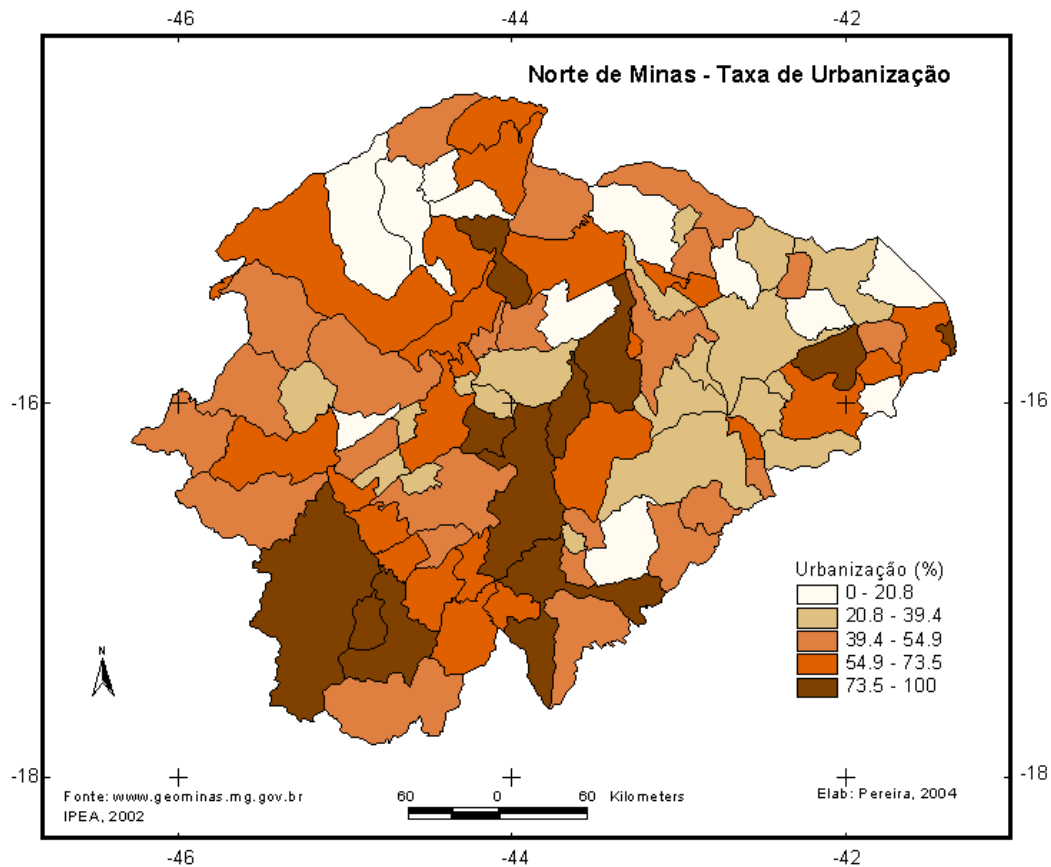
Para Scarlato (1995) mais importante do que os números de população urbana ou rural são as atividades desenvolvidas, numa concepção de que a urbanização decorre da dinâmica econômica da região. Esse autor define uma área urbana

como todo o aglomerado permanente cujas atividades não se caracterizam como agrícolas. A grande concentração das atividades terciárias públicas e privadas do aglomerado e a forma contínua dos espaços edificados onde se dá a proximidade das habitações da população que vive dessas atividades são atributos que permitem caracterizar o termo cidade. (Scarlato, 1995:401)

Há que se ressaltar que o grau de urbanização não se define apenas em termos demográficos, é preciso refletir sobre a intensidade da concentração urbana, os tipos de relações que as cidades estabelecem entre si, as atividades econômicas da população, o estágio de desenvolvimento tecnológico, os hábitos de vida, dentre outros fatores. Além disso, as características da urbanização e das cidades são diferentes sob muitos aspectos.

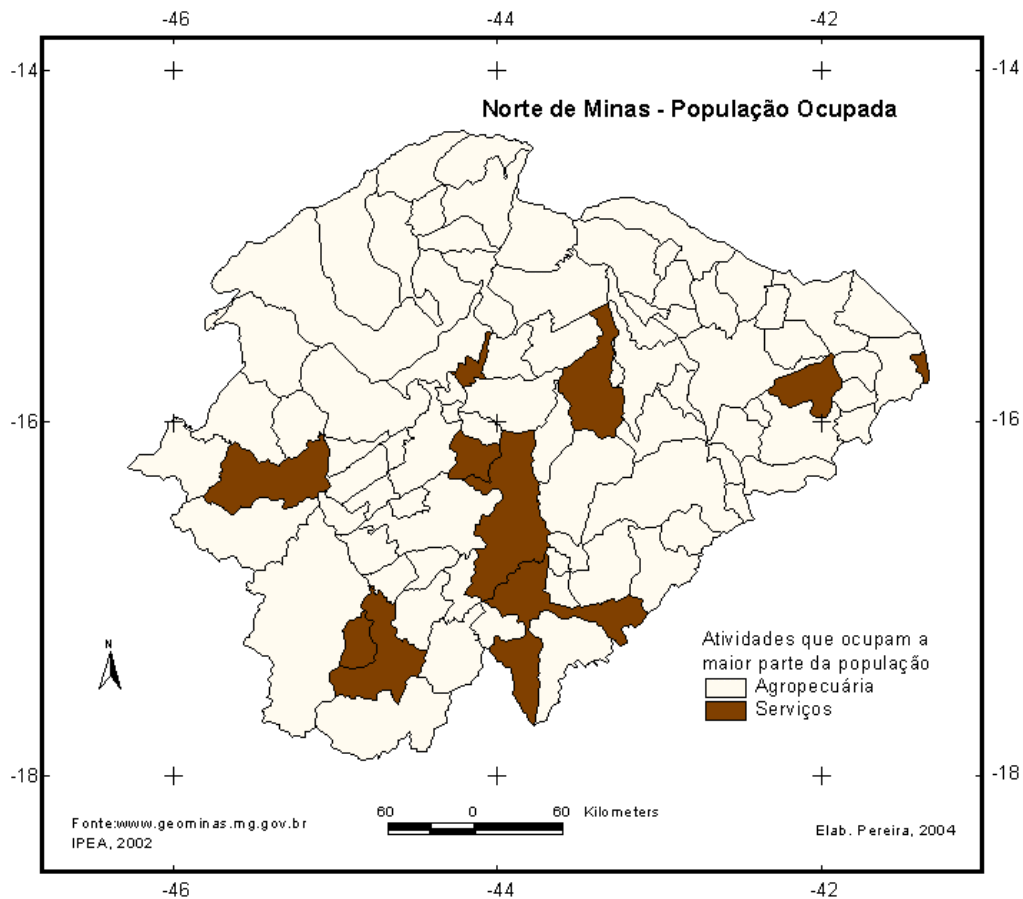
Diante do exposto, é preciso cuidado quando se analisa a urbanização de uma região como a norte mineira. A taxa de crescimento populacional urbano foi diferenciada entre os municípios e apenas em alguns a população urbana superou a rural. Uma análise, ainda que superficial, dos dados do Censo de 2000 (IBGE) revela que vários municípios norte-mineiros possuem a população rural superior à população urbana. Essa significativa parcela da população regional permanece rural e subsiste da agricultura tradicional.

No Norte de Minas, a industrialização, fruto da ação do Estado, estimulou os fluxos migratórios campo-cidade. A distribuição da indústria ocorreu de forma desigual, o que gerou uma urbanização também desigual. Uma das repercussões dessa urbanização foi a acentuação das desigualdades intra-regionais: Montes Claros concentra a maior parte dos investimentos industriais e um setor terciário diversificado. Essas informações são relevantes para o entendimento do fato do crescimento urbano ter sido mais intenso nas cidades que possuem uma industrialização ainda que incipiente, sem desconsiderar a influência de outros fatores como as mudanças na legislação rural, a emergência de uma sociedade de consumo e o significado da cidade, enquanto representação do moderno. As cidades de Montes Claros, Janaúba, Pirapora, Bocaiúva, Januária, Várzea da Palma, Taiobeiras, Salinas, Buritizeiro e São Francisco constituem as principais concentrações urbanas da região. Assim, atividades tipicamente urbanas se concentram em determinados municípios, enquanto outros, principalmente municípios emancipados na década de 1990, permanecem praticamente estagnados e com uma economia ligada a atividades agropecuárias.



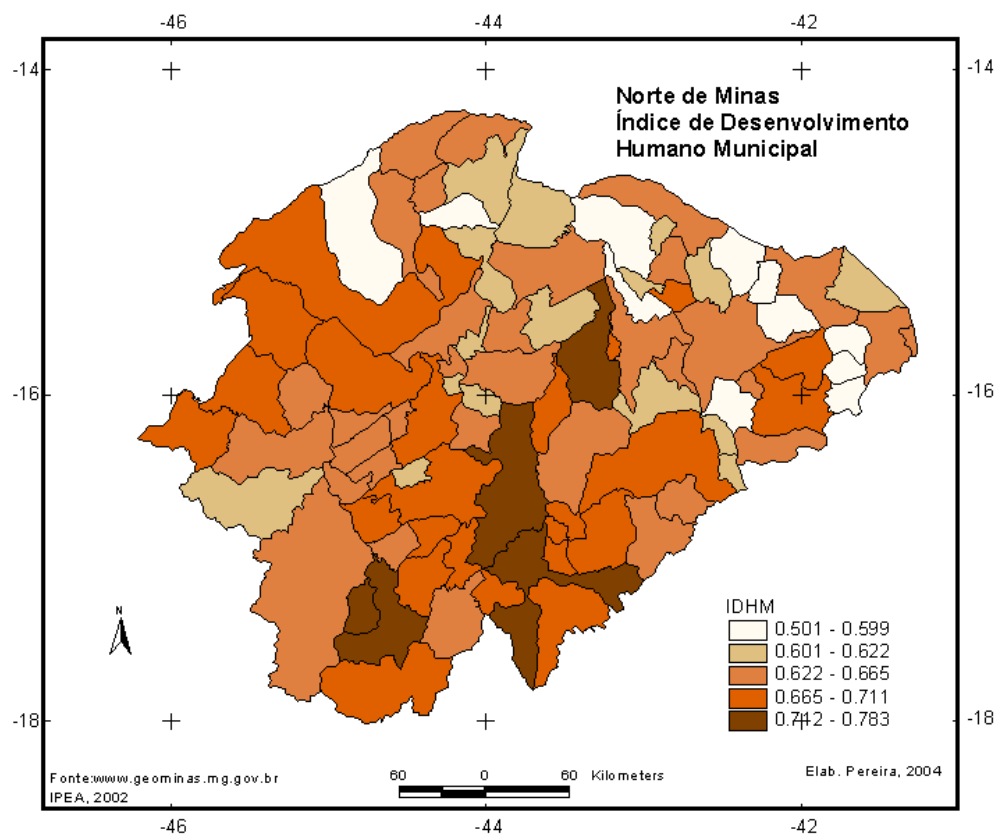
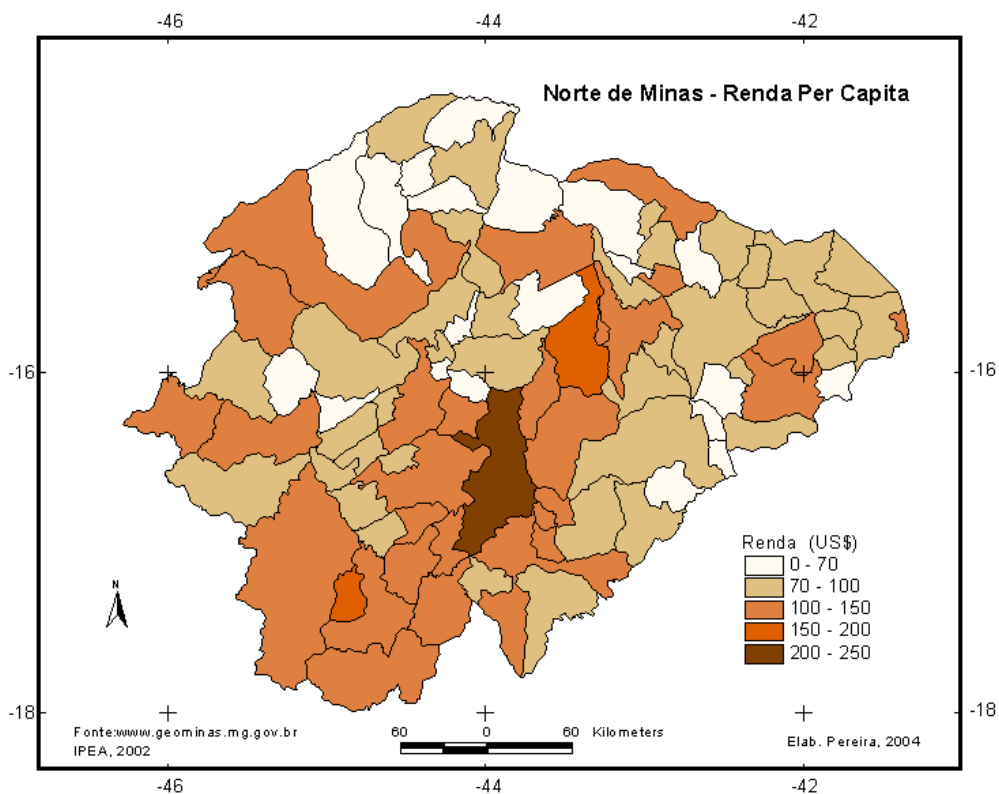
Segundo dados da Assembléia Legislativa de Minas Gerais, no Norte de Minas 92,13% dos municípios tem a maior parte da sua população ocupada em atividades do setor primário, com destaque para a agropecuária. Esse é um fato que deve ser avaliado quando se fala da urbanização da região. A população ocupada em atividades do setor secundário tem maior expressividade nos municípios de Montes Claros, Pirapora, Bocaiúva, Janaúba e Várzea da Palma. Entretanto, esse setor ocupa um menor número de pessoas quando comparado com o de serviços.

Em termos comparativos, o percentual de pessoas ocupadas em atividades do setor comercial é baixo em quase todos os municípios, com exceção das sedes das microrregiões. É importante destacar que o baixo poder aquisitivo da população limita o consumo e restringe o comércio.



A renda per capita da população dessa região é, no seu conjunto, uma das mais baixas de Minas Gerais. Montes Claros detêm a média mais elevada, em torno de \$245,43, enquanto Bonito de Minas apresenta o nível mais baixo, \$43.

Também a análise do Índice de Desenvolvimento Humano – IDH – demonstra, ainda que parcialmente, a precariedade das condições sociais da população regional. Dentre todos os municípios analisados, apenas 7,86% possuem um IDH em torno de 0,700. Em mais da metade dos municípios (80,89%) o IDH médio ficou em torno de 0,600, enquanto em 11,23% esse indicador foi de 0,500 (IPEA, 2002).



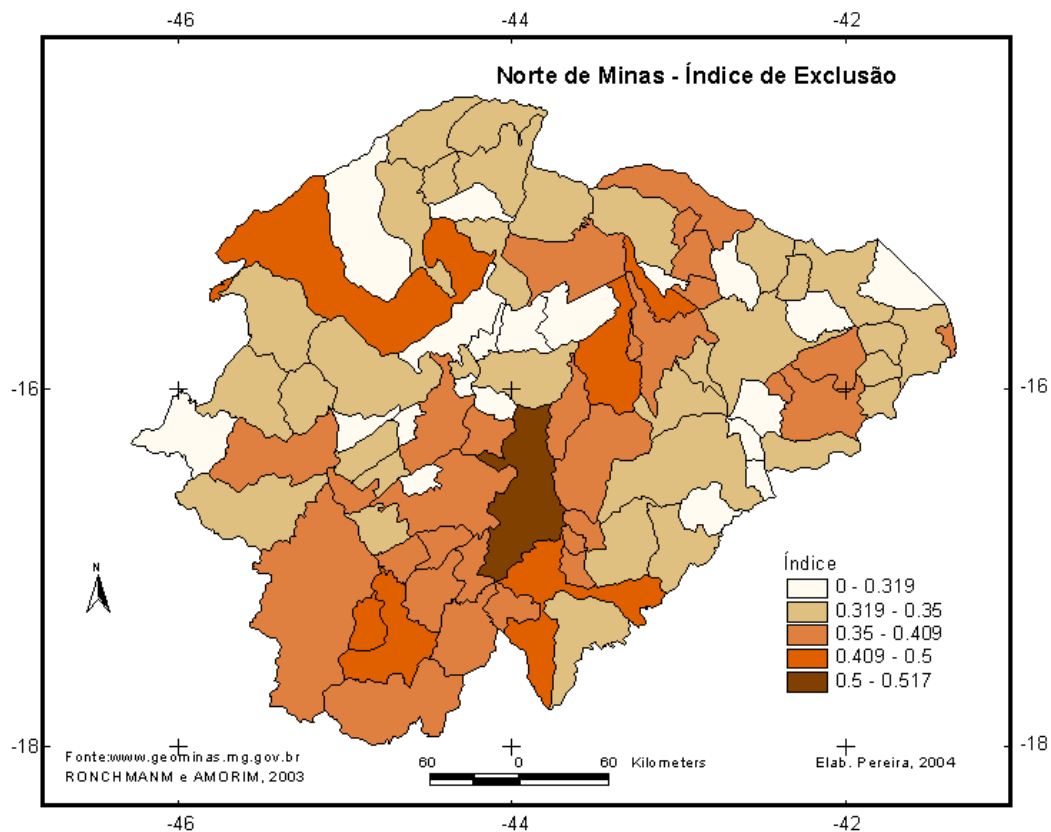
A pobreza é comum a todos os municípios da região, com pequena variação de índices. Cabe aqui, ainda que de forma sucinta, tecer algumas considerações teóricas sobre a pobreza, mesmo sabendo que não há um consenso sobre o seu conceito, que pode ser



definido de várias maneiras. Alguns estudos consideram a pobreza numa abordagem mais restrita, onde predominam os aspectos econômicos, enquanto outros consideram não somente a sua dimensão econômica, mas também seus aspectos políticos. Segundo Thompson, Serra e Santos (2000) a idéia de que a “pobreza está relacionada com a falta de acesso a algum padrão de vida considerado essencial ou mínimo para uma vida adequada em sociedade” é o ponto comum entre essas diferentes concepções.

O número de norte mineiros em situação de pobreza é significativo. No caso de Montes Claros, onde a maioria da população reside na zona urbana, essa pobreza caracteriza-se como pobreza urbana o que conduz a uma configuração de um espaço urbano complexo, dinâmico e contraditório. As condições de pobreza e desigualdade social constituem-se em obstáculos para o desenvolvimento. Verifica-se nessa cidade, a expansão de atividades urbanas instáveis e precárias, como a informalidade do setor de serviços e a favelização alterando a paisagem urbana.

Uma outra variável representativa do nível de pobreza de cada um dos municípios mineiros é o índice de exclusão. Quando se considera o conjunto da região observa-se que esses indicadores permitem caracterizá-la como uma área onde a precariedade de vida persiste. Entretanto, ao estabelecer uma comparação entre os municípios, verifica-se uma certa diferenciação intra-regional. O índice de exclusão social varia de 0 a 1, sendo que quanto mais próximo de 0, piores são as condições de vida da população, ou seja, maior é a exclusão existente no município. De acordo com Ronchmanm e Amorim (2003) para o cálculo desse indicador foram considerados aspectos como padrão de vida digno (avaliado segundo os indicadores de pobreza, emprego formal e desigualdade), conhecimento (avaliado segundo os indicadores de anos de estudo e alfabetização) e risco juvenil (avaliado segundo os indicadores de concentração de jovens e violência). O mapa mostra que a exclusão social é significativa em todos os municípios.



De acordo com os dados analisados, o processo de urbanização vem ocorrendo de forma diferenciada entre os municípios do Norte de Minas. A região não constitui um espaço essencialmente urbanizado, apresentando situações desiguais quando se analisa a área, a população, densidade demográfica, população urbana e rural. Tendo em vista que nas sedes dos municípios e nas sedes dos distritos norte mineiros, as pessoas adotam padrões de vida urbanos, ou seja, o modo de vida é tipicamente urbano, apesar da ligação com o rural expressa nas atividades primárias, a análise da urbanização regional requer a avaliação de outros indicadores, de cunho qualitativo, o que extrapola os objetivos desse ensaio.

### Considerações finais

A partir do exame dos dados apresentados é possível inferir que as políticas públicas estatais, através de incentivos aos projetos industriais e agropecuários, tiveram papel preponderante na distribuição da população na região norte mineira. Cidades como Montes Claros, Pirapora, Janaúba, Bocaiúva, Januária, Salinas, Pirapora, Taiobeiras, Várzea da Palma constituem os principais centros urbanos da região. Grande parte dos municípios permanece com população majoritariamente rural. É importante destacar ainda, que na maior parte dessa extensa região, campo e cidade não estão muito integrados, em decorrência da baixa renda da população e da baixa tecnologia produtiva. Entre a cidade e o

campo, ainda se observa a presença da diversidade cultural, formas diferenciadas de trabalho e uso da terra, bem como da sociabilidade.

## REFERÊNCIAS

IPEA. Atlas de desenvolvimento Humano. 2002.

MARQUES, Maria Inez Medeiros. O conceito de espaço rural em questão. **Terra Livre**, n. 19, jul-dez. 2002.

OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins et all. **Formação social e econômica do Norte de Minas**. Montes Claros: Unimontes, 2000.

RONCHMANM, M. e AMORIM, R. (org.). **Atlas da exclusão social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2003.

SCARLATO, F.C. População e urbanização brasileira. ROSS, J. L. S. (Org) **Geografia do Brasil**. São Paulo: EDUSP, 1995.

SILVA, J. G. **O novo rural brasileiro**. Campinas: UNICAMP, 1998.

ANDRADE, Thompson Almeida e SERRA, Rodrigo Valente e SANTOS, Paulo Diniz dos. Pobreza nas cidades médias brasileiras. ANDRADE, Thompson Almeida e SERRA, Rodrigo Valente. (Org.) **Cidades Médias Brasileiras**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001.

VEIGA, J. E. **Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula**. Campinas: Autores Associados, 2002.

### Sites

<http://www.ibge.gov.br>

<http://www.ipea.gov.br>

<http://www.almg.gov.br>